

SUBMETIDO 11/03/2022
APROVADO 13/06/2022
PUBLICADO ON-LINE 20/06/2022
PUBLICADO 10/01/2023
EDITORA ASSOCIADA
Ingrid Ribeiro da Gama Rangel

DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/1517-0306a2021id6733>

ARTIGO ORIGINAL

Relação entre a assistência estudantil e a proposta curricular de ensino médio integrado no âmbito do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

 Jessyca Mayara Nunes dos Santos ^{[1]*}

 Emmanuelle Arnaud Almeida ^[2]

 Nerijane de Almeida Monteiro ^[3]

 Edna Dias da Silva ^[4]

[1] jsk_enf@live.com

[2] emmanuelle.almeida@ifpb.edu.br

[3] nerijaned@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus João
Pessoa, Brasil

[4] ednadias29@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),
Brasil

RESUMO: A Educação Profissional e Tecnológica possui como um de seus pressupostos a transformação de realidades, sobretudo a dos mais pobres. A assistência estudantil surge com o objetivo de disponibilizar a esse público o mínimo necessário para que possa acessar a educação de modo efetivo. Nesse sentido, o objetivo geral do presente estudo é analisar a relação entre a assistência estudantil e a proposta curricular do ensino médio integrado no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), tendo como base princípios orientadores da proposta curricular de Libâneo (2015). Para tanto, procedeu-se à análise do Projeto Pedagógico-Curricular do Curso Técnico Integrado em Mineração do IFPB – Campus Campina Grande, de modo a identificar elementos que relacionem os pressupostos da assistência estudantil e da organização curricular de Libâneo com o referido curso. Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa, de classificação teórica, com tipologia bibliográfica e documental. Entre os resultados obtidos tem-se a compreensão de que a inclusão social, a diversidade cultural e a participação coletiva são conceitos indissociáveis na formulação de uma proposta de currículo integrado que tem como alvo a educação igualitária e emancipatória dos sujeitos, em que a assistência estudantil agrega-se como facilitador dessa proposta, sendo indispensável enquanto houver desigualdades no contexto estudantil.

Palavras-chave: assistência estudantil; currículo integrado; educação profissional e tecnológica; PNAES.

*Relationship between student assistance
and the curriculum proposal for
integrated high school within the scope
of the Federal Institute of Paraíba (IFPB)*

*Autor para correspondência.

ABSTRACT: *Professional and Technological Education have as one of its assumptions the transformation of realities, especially of the poorest. The Student Assistance aims to provide this public with the necessary minimum so as the students are able to have effective access to education. In this sense, the general objective of this present study is to analyze the relationship between Student Assistance and the integrated high school curriculum proposal in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFPB), based on the guidelines of Libâneo's curricular proposal. To this end, we analyzed the Curricular Pedagogical Project of the Integrated Technical Course in Mining of the IFPB, located at the Campus of Campina Grande, in order to identify elements that relate the assumptions of the Student Assistance and Libâneo's curricular organization with the mentioned Project. Therefore, it is a qualitative research, of theoretical classification, with bibliographic and documental typology. Among the outcomes, there is the understanding that social inclusion, cultural diversity and collective participation are inseparable concepts in the formulation of a proposal for an integrated curriculum that aims at an egalitarian and emancipatory education of the subjects, whereby student assistance is brought together as a facilitator of this proposal, and so being indispensable as long as inequalities in the student context take place.*

Keywords: *integrated curriculum; PNAES; professional and technological education; student assistance.*

1 Introdução

A Educação Profissional é historicamente marcada pela dualidade trabalho manual *versus* intelectual. Essa cisão no trabalho é fruto das desigualdades e injustiças sociais, heranças dos tempos de escravidão; depois, com a institucionalização da escola, houve a divisão social e técnica do trabalho, com a destinação dos simples ofícios aos pobres e “desvalidos da sorte” (Saviani, 2007).

A escola, nesse contexto, passou a reproduzir as desigualdades ao oferecer conteúdos diferentes a diferentes classes sociais visando formações distintas: caráter propedêutico à elite e profissional (técnico) ao proletário, como bem afirma Moura (2007).

Entretanto, a educação profissional mostra ser, com o passar dos anos, um terreno fértil para a modificação dessa realidade. Após intensas lutas da classe proletária, as Escolas Técnicas passam a ofertar um ensino gratuito e propenso a uma melhor qualidade e, após intensas modificações normativas e legais, equiparam-se a universidades, ainda segundo Moura (2007). Assim, parte de seu público passa a ser formado também por alunos de classes mais favorecidas, que visam principalmente à formação propedêutica preparatória para prosseguimento nos estudos a nível superior.

Logo, com tal modificação no público do que hoje são os Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), foi reconhecida a necessidade de se criar meios pelos quais os estudantes de classes menos favorecidas tenham acesso a essas instituições. As medidas de interiorização foram tomadas nos anos 2000, e a rede foi expandida; com efeito, o quantitativo de vagas foi aumentado de forma considerável, resultando em aumento do ingresso de alunos vulneráveis socioeconomicamente (Paula, 2017).

Vê-se, porém, a imprescindibilidade de criar estratégias para favorecer a permanência escolar desses alunos, através da oferta de meios pelos quais eles possam atingir seu êxito formativo, visto que apenas a ampliação do acesso não foi suficiente para a democratização da educação (Antunes, 2018). Surge então, amparado pela Constituição Federal de 1988 e com intensas lutas estudantis, o Programa de Assistência Estudantil, pelo Decreto nº 7.234/2010, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), ao discorrer sobre a Educação Profissional e Tecnológica, expõe que esta se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação, bem como às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, podendo haver uma organização em seus cursos por meio de eixos tecnológicos que colaborem na construção de diferentes itinerários formativos (Brasil, 1996).

Atualmente, a Educação Profissional e Tecnológica, como instituído pelo Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), pode ser ofertada na forma integrada, concomitante ou subsequente. Neste artigo, aborda-se o currículo da forma integrada, no qual as dimensões trabalho e ciência caminham de mãos dadas na busca de uma transformação da realidade e de emancipação humana. Para Ramos (2005), esse currículo deve romper com o modo dual e fragmentado das disciplinas que se baseiam apenas na transmissão de conteúdos. Deve, assim, ter o trabalho como princípio educativo; o sujeito como ser histórico-social capaz de transformar a realidade; bem como se apoiar na unidade entre conhecimentos gerais e específicos fundamentados nos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Libâneo (2015), por sua vez, compreende que há um papel político no currículo, o qual expressa intenções e práticas sociais, podendo também concretizar-se como representante dos interesses sociais e políticos dos segmentos excluídos e explorados da sociedade.

Quanto à Assistência Estudantil na educação profissional, Gomes e Passos (2018) afirmam que esta foi criada visando democratizar as condições de permanência estudantil, buscando promover a inclusão social e, ainda, favorecer a educação integral. Há, nessa política, um anseio por possibilitar uma proteção social aos estudantes que se encontram em condições desfavoráveis ao prosseguimento das atividades escolares (Gomes; Passos, 2018).

Jesus (2016) relata que o público-alvo da política na Educação Profissional e Tecnológica possui um perfil socioeconômico de baixa renda, vulnerabilidade social, com condições peculiares que tornam imprescindível a existência de um programa eficiente. Em sua pesquisa, o autor afirma que tais alunos estão distribuídos no Ensino Técnico Integrado, Concomitante e Subsequente ao Médio e no Ensino Superior e, por isso, apresentam características diversas e necessidades específicas de apoio estudantil.

Contudo, Prada e Surdine (2018) afirmam que, no âmbito da Assistência Estudantil, ainda há muito a ser desvelado e aprimorado, visto que fatores como a focalização das ações apenas nos mais pobres não garantem a cobertura de todos os discentes que se enquadram nos requisitos da política.

A forma como está regulamentado o PNAES promove uma disputa em torno da quantidade de recursos destinados aos programas universais e seletivos, e o que prevalece é a focalização, seletividade e residualidade, com ênfase na lógica do cobertor curto, onde é definida a parte que ficará descoberta e que conseguirá suportar melhor as intempéries da lógica vigente (Prada; Surdine, 2018, p. 285).

Apesar disso, a política é uma inegável conquista da classe estudantil, que, na busca pela democratização plena da educação, obteve considerável avanço no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito escolar dos mais pobres.

Diante do exposto, surge a questão de pesquisa abordada no presente estudo: a assistência estudantil pode ser considerada um elemento facilitador para o alcance da proposta curricular no ensino integrado? Para compreender tal questionamento, analisou-se aqui o Projeto Pedagógico-Curricular (PPC) de um curso técnico integrado ao ensino médio ofertado pelo IFPB – Campus Campina Grande, a saber, o Curso Técnico em Mineração, a fim de, com base nos fundamentos da proposta de organização curricular de Libâneo (2015), identificar elementos que relacionem a assistência estudantil com o êxito do currículo na sua forma integrada.

A relevância desta pesquisa relaciona-se com sua contribuição para o conhecimento acadêmico-científico envolvido na Educação Profissional e Tecnológica, visto que não há pesquisas acadêmicas que associem a Assistência Estudantil e o currículo integrado com base nos princípios norteadores defendidos por Libâneo (2015).

No restante do artigo, na seção 2, há o referencial teórico da pesquisa, que realiza uma breve apresentação dos pressupostos que a norteiam. Na seção 3 é exposta a metodologia adotada na pesquisa e na seção 4 são discutidos os resultados obtidos. Por fim, na seção 5, são apresentadas as considerações finais após a análise dos resultados.

2 Referencial teórico

Nesta seção há uma contextualização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), trazendo os principais pontos acerca da política, como objetivos, público-alvo e marcos legais. Também são abordados os princípios que orientam o Projeto Político-Pedagógico e o currículo na perspectiva de Libâneo (2015).

2.1 Contextualizando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado no ano de 2010 com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010). Nasceu como resposta aos movimentos estudantis que reivindicavam ações que proporcionassem maiores condições de permanência estudantil nessas instituições (Antunes, 2018).

Apesar de a assistência estudantil, no referido decreto, ser direcionada às instituições de educação superior, os Institutos Federais passaram também a ofertá-la, visto que, no ano de 2008, houve a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que equiparou essas instituições às universidades federais, por meio da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008).

Assim, o PNAES objetiva:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III – reduzir as taxas de retenção e evasão;

IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010, art. 2º).

Para isso, as ações são desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, bem como nas demais áreas que a realidade da instituição torne necessárias (Brasil, 2010). Todas essas ações são realizadas de modo a viabilizar a igualdade de oportunidades entre os discentes em vulnerabilidade socioeconômica, buscando diminuir, assim, as desigualdades sociais no âmbito estudantil.

Tais intervenções abrangem, de forma prioritária, os discentes oriundos de escolas públicas ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Entretanto, algumas ações são ofertadas de modo uniforme a todos os alunos matriculados, como no caso de apoio pedagógico, atenção à saúde, cultura e esporte (Brasil, 2010).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

O IFPB estabelece, no Capítulo III do Título VI de seu Regimento Geral, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, setor responsável pelo planejamento, elaboração, implementação, execução e avaliação da política de assistência estudantil na instituição, entre outras atribuições. Desse modo, há a disposição de competências para a gestão da política por meio de Secretaria e Diretoria de Assistência Estudantil (IFPB, 2017).

A resolução vigente que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil no IFPB expõe que a política é operacionalizada através de programas de assistência ao educando comprovadamente carente. Logo, no IFPB são oferecidos programas de: apoio à permanência do estudante; alimentação; moradia estudantil; atenção e promoção à saúde; apoio aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação; apoio à participação em eventos; material didático-pedagógico; incentivo à cultura, arte, esporte e lazer; apoio pedagógico; apoio ao estudante na modalidade EaD (IFPB, 2018b).

Apesar de o decreto limitar a oferta da política apenas ao alunado do ensino superior, no IFPB é estabelecido que a assistência estudantil deve abranger todos os alunos regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino (IFPB, 2018b). Mais recentemente, com uma reformulação ocorrida na política da instituição (IFPB, 2018b), houve algumas modificações com avanços significativos, visto que foi introduzido o programa de apoio à permanência do estudante, o que veio a fortalecer a assistência estudantil na instituição.

A operacionalização desses programas se dá por meio de uma equipe interdisciplinar que envolve profissionais de áreas como serviço social, psicologia, pedagogia, nutrição, medicina, enfermagem, odontologia, educação física, arte e assistência às pessoas com necessidades especiais (IFPB, 2018b).

Quanto aos princípios norteadores da política na instituição, tem-se os seguintes:

- I – educação como um bem público, gratuito e de qualidade;
- II – multidisciplinaridade das ações de Assistência Estudantil e respeito ao pluralismo de ideias;
- III – Assistência Estudantil como direito social e dever político;
- IV – reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, como valor ético central;
- V – compromisso com a qualidade dos serviços prestados;
- VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;
- VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;
- VIII – comprometimento com a educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido;
- IX – promoção à saúde, esporte e lazer como direito social e dever político;
- X – posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade;
- XI – socialização, com a comunidade, do conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem. (IFPB, 2018b, art. 2º).

Assim, o IFPB oferta diversas ações de modo geral/universal ao seu alunado. No tocante aos auxílios moradia, alimentação, permanência e transporte, a oferta ocorre por meio de edital próprio, a partir do qual se procede a uma seleção de alunos por meio de análise socioeconômica. Isso confere às referidas ações um caráter seletivo, sobretudo devido à limitação de recursos para financiar a cobertura de todos os alunos que necessitam dessa assistência. Contudo, mesmo com limitações orçamentárias, a Assistência Estudantil na instituição é imprescindível para contribuir na democratização de uma educação pública e de qualidade à população local.

2.2 Projeto político-pedagógico e currículo sob o olhar de Libâneo

Planejar no âmbito escolar significa prever acontecimentos e ações de modo a definir demandas, objetivos, procedimentos, recursos, tempo e formas de avaliação. Assim, podem-se programar as ações para que os resultados esperados sejam alcançados. Esse planejamento, além de ser realizado no ensino, deve também sê-lo no currículo, de forma a envolver sua elaboração conjunta por todos os membros integrantes do processo educativo (Libâneo, 2015).

O Projeto Pedagógico-Curricular (PPC), conforme afirma Libâneo (2015), vem a detalhar um conjunto de objetivos, diretrizes e ações de modo a nortear o processo educativo na escola, expressando os anseios e exigências da comunidade escolar, sendo tanto a expressão da cultura da escola como sua recriação e desenvolvimento, visando, assim, intervir de modo a transformar a realidade.

O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos (Libâneo, 2015, p. 151).

Libâneo (2015), ao compreender o PPC como instrumento e processo de organização da escola, infere que este reúne interesses, desejos e propostas dos educadores de modo a responder aos seguintes questionamentos: i) “que tipo de escola, nós, profissionais dessa escola, queremos?”; ii) “que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar?”; iii) “que necessidades precisamos atender em termos de formação dos alunos e alunas para a autonomia, cidadania, participação?”; iv) “como faremos para colocar o projeto em permanente avaliação, dentro da prática da ação-reflexão-ação?”.

O currículo, por conseguinte, é o desdobramento do projeto pedagógico, visto que é direcionado pelos objetivos, orientações e diretrizes expressas no referido projeto, estando ambos, desse modo, em estreita relação. Para Libâneo (2015), as estratégias devem ser formuladas: levando em consideração as necessidades e exigências da sociedade e do aluno, sendo que as decisões devem considerar fatores como a formulação de um consenso mínimo dos professores quanto a questões sociais, políticas e pedagógicas, com a compreensão do papel da escola na sociedade; contando com objetivos concretos, em que as demandas profissionais e dos alunos devem ser consideradas; propiciando sistemas e práticas de gestão democráticas e uma unidade teórico-metodológica no trabalho pedagógico-didático; e, por fim, contemplando um sistema explícito e transparente de acompanhamento e avaliação do projeto e das atividades escolares.

Na perspectiva do autor (Libâneo, 2015), a escola possui importante responsabilidade no desenvolvimento do currículo escolar; além disso, o autor defende um currículo que assegure a todos uma formação integral que proporcione o desenvolvimento das capacidades necessárias para formar sujeitos críticos, que reflitam e compreendam a sua realidade, capazes de contribuir para a melhoria da sociedade.

Um currículo precisa ser democrático, isto é, garantir a todos uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas de cidadania (relativa a critérios de solidariedade e justiça, à alteridade, à descoberta e respeito do outro, ao aprender a viver junto, etc.) (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2005, p. 365).

Segundo afirma o próprio Libâneo, é a partir da autonomia que a escola e as relações da equipe escolar são fortalecidas, facilitando ainda a construção de laços com a comunidade.

O projeto, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro da escola, da comunidade, da sociedade (Libâneo, 2015, p. 160).

O currículo, para Libâneo, possui ainda um papel ideológico e político, visto que a maneira como a sociedade organiza e distribui os saberes demonstra as intenções que estão por trás dele, expressando, desse modo, interesses dos grupos sociais dominantes. Entretanto, o currículo possui também um potencial de “[...] concretizar objetivos e práticas que representem interesses sociais e políticos dos segmentos majoritários mais excluídos da sociedade” (Libâneo, 2015, p. 170). Logo, percebe-se a existência de uma estreita relação entre o currículo e a cultura, e que a escola deve se comprometer com uma sociedade justa e igualitária ao defender os interesses das massas.

Quanto a seus níveis, Libâneo (2015) descreve que o currículo pode ser caracterizado como formal, real e oculto. Formal refere-se ao currículo estabelecido em sistemas oficiais de ensino, sendo legalmente regido por diretrizes curriculares e normativas. Currículo real (ou currículo experienciado), por outro lado, refere-se ao currículo que realmente é realizado/seguido na sala de aula, sendo regido pelo projeto pedagógico e planos de ensino. Já o currículo oculto é aquele que influencia a aprendizagem devido à experiência cultural, conjunto de valores, aprendizado por meio da convivência espontânea etc. Esses tipos relacionam-se e cruzam-se de modo a favorecer a aprendizagem, sendo necessário compreender que o currículo vai além de conteúdos escolares organizados em disciplinas.

Há ainda diversas concepções de organização curricular. Libâneo (2015) sintetiza as mais conhecidas como sendo: currículo tradicional, no qual as disciplinas são compartimentalizadas e o ensino é meramente transmissivo, com o aluno sendo sujeito passivo no processo de ensino-aprendizagem; racional-tecnológico (tecnicista), formulado a partir de critérios técnicos rígidos objetivando desenvolver habilidades para formação técnica; escolanovista (ou progressivista), centrado no aluno, com o professor no papel de facilitador da aprendizagem e o conteúdo advindo das experiências dos alunos; construtivista, com a ideia de papel ativo do sujeito no processo de aprendizagem; sociocrítico (ou histórico-social), dando ênfase à política do processo de formação; integrado (ou globalizado), que destaca a globalização das aprendizagens e a interdisciplinaridade; e currículo como “produção cultural”, que considera de forma acentuada os fatores sociais e culturais na construção do conhecimento.

Destarte, é necessário que a construção do currículo siga princípios orientadores; sobre isso, Libâneo (2015) sintetiza, em doze pontos, algumas ideias a serem consideradas, que englobam desde o sentido educativo, político e social da escolarização básica, a seleção de conteúdos adequados, a relevância e relação do currículo com as diferentes culturas, o foco no ensino do aprender a pensar e do aprender a aprender, a inserção no currículo da educação moral, a superação do currículo pluridisciplinar, pautada na inclusão social e diversidade cultural, entre outros fatores.

Entre tais princípios propostos por Libâneo, três chamam atenção por relacionar-se direta ou indiretamente com os princípios da assistência estudantil, sendo, portanto, a base para a análise realizada neste estudo; esses princípios serão apresentados adiante, nos resultados.

3 Método da pesquisa

O presente estudo possui abordagem qualitativa. Esse tipo de abordagem não se preocupa com estatísticas, mas sim com a compreensão da temática abordada. Sobre isso, Gerhardt e Silveira (2009) afirmam que os pesquisadores que optam por realizar esse tipo de pesquisa almejam explicar o porquê das coisas, mas não quantificando os valores, uma vez que os dados analisados são não métricos.

Entre as características da pesquisa qualitativa, têm-se: observação do fenômeno, compreensão, explicação, observação entre as diferenças e busca dos resultados mais fidedignos possíveis, o que se enquadra na pesquisa aqui realizada (Gerhard; Silveira, 2009).

Assim, o foco e o objetivo desta investigação é a análise dos pressupostos da assistência estudantil e do currículo integrado, buscando compreendê-los, descrevê-los e relacioná-los. Para isso, foram analisados documentos de três teores: o plano pedagógico de um curso técnico integrado ao ensino médio (Curso Técnico em Mineração), escolhido de modo aleatório; documentos que regem a assistência estudantil (decreto e resolução); e trechos da obra “Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática”, de autoria de Libâneo (2015).

Esta pesquisa classifica-se como teórica, pois possui como base uma teoria e busca construir argumentos sobre o objeto de estudo. Conforme Demo (2000), esse tipo de pesquisa é “[...] dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (Demo, 2000, p. 20), ou seja, ela não busca intervir de modo imediato na realidade, mas busca propiciar condições para essa intervenção. Há, desse modo, um confronto entre a teoria e a realidade: a teoria permite a interpretação da realidade, bem como a realidade contribui para a construção de novas teorias.

Quanto à tipologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois utiliza materiais já elaborados, como o livro mencionado e artigos científicos, assim como de uma pesquisa documental, ao utilizar dados e informações que ainda não foram tratados e analisados previamente (Gil, 2008) – a saber, o plano pedagógico de um curso ofertado pelo IFPB e dispositivos legais que versam sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil.

Relativamente às etapas da pesquisa, houve, em um primeiro momento, uma análise dos pressupostos defendidos por Libâneo (2015) referentes a projetos pedagógicos curriculares de cursos integrados; em seguida, procedeu-se à pesquisa e análise do PPC do Curso Técnico em Mineração Integrado ao Ensino Médio, ofertado no IFPB – Campus Campina Grande. Tal momento consistiu em uma etapa decisiva para analisar se ambos os documentos estão de acordo entre si. Por fim, houve uma análise de documentos da assistência estudantil, no anseio por responder o questionamento levantado na pesquisa.

As buscas e a análise do material ocorreram entre os meses de fevereiro e junho de 2020, período este condizente com o curso da disciplina Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

4 Resultados da pesquisa

O IFPB, lócus deste estudo, busca, conforme seus documentos norteadores (IFPB, 2018a), ofertar uma educação gratuita e de qualidade, visando favorecer a comunidade através de transformações de realidades.

De acordo com o Relatório de Gestão de 2021 (IFPB, 2022), o IFPB conta com 45,2 mil estudantes matriculados em seus 21 campi, presentes em 19 cidades do estado da Paraíba. Ainda conforme o documento citado, cerca de 91,12% dos estudantes possuem renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo, sendo, dessa forma, considerados público-alvo das ações da Política Nacional de Assistência Estudantil, haja vista que o decreto que regulamenta a política determina que

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com **renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio**, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010, Art. 5º, grifo nosso).

Nesse sentido, a instituição oferta a seus discentes uma série de ações e serviços através da Política de Assistência Estudantil, visando favorecer a permanência dos estudantes – em especial, dos menos favorecidos socioeconomicamente – e, por consequência, seu êxito escolar (IFPB, 2018b).

O IFPB dispõe de inúmeros cursos presenciais e à distância nas modalidades subsequente, integrado e superior. Nesse contexto, a análise deste estudo atém-se ao nível médio integrado ao ensino técnico.

Nas subseções 4.1 a 4.3, são debatidos três pontos preconizados por Libâneo (2015) no projeto pedagógico-curricular de cursos integrados, que se fazem (ou não) presentes na base teórica do PPC de curso integrado ofertado pelo IFPB, contrastando-os e relacionando-os com os pressupostos da Assistência Estudantil.

4.1 O significado educativo, político e social da escolarização

Para Libâneo (2015), o projeto pedagógico-curricular deve levar em conta alguns elementos tidos como problemas da época vigente. Ele propõe, desse modo, doze ideias a serem consideradas na elaboração desse documento, das quais pode-se destacar três que se relacionam com os pressupostos da assistência estudantil por possuírem um enfoque sociopolítico. A primeira delas propõe que:

1 – A escolarização básica obrigatória tem um significado educativo, político e social, implicando o direito de todos, em condições iguais de oportunidades, ao acesso aos bens culturais, ao desenvolvimento das capacidades individuais e sociais, à formação da cidadania, à conquista da dignidade humana e da liberdade intelectual e política (Libâneo, 2015, p. 185).

Nesse tópico, Libâneo (2015) aponta a importância da democratização do acesso a uma educação gratuita e de qualidade, em que todos os indivíduos possuam condições de desenvolvimento iguais em todas as suas dimensões. Os pontos-chave desta seção são igualdade e inclusão. O objetivo aqui seria proporcionar a todos os seres humanos a possibilidade de alcançar a melhoria na qualidade de vida. O autor salienta que a escola, além de propiciar uma cultura geral comum, deve buscar incorporar no currículo os interesses de todos os alunos em sua diversidade.

Nesse sentido, após analisar o plano pedagógico do Curso Técnico em Mineração Integrado ao Ensino Médio do Campus Campina Grande do IFPB, tem-se que este demonstra uma pretensão de resultado focado em um processo formativo que culmine com o exercício da cidadania e o reconhecimento da educação como instrumento de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemas contemporâneos. Assim, o sujeito deve concluir o curso com uma visão crítica e globalizada. Sendo

assim, o IFPB busca proporcionar a formação plena da cidadania, que será traduzida na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária (IFPB, 2018a).

Observa-se, pois, que o ponto abordado por Libâneo (2015) encontra-se abarcado no bojo do PPC analisado, no qual a instituição demonstra prezar por justiça social e cidadania. Para Pacheco (2015), os Institutos Federais possuem um forte papel social ao garantir ações que visem incorporar setores sociais historicamente marginalizados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que reafirma sua importância na construção e resgate da cidadania e transformação social.

Ainda se pode estabelecer um paralelo entre o princípio de Libâneo e o referido documento ao analisar aspectos históricos do Campus Campina Grande constantes nele. Com efeito, é mencionado que a instalação do instituto na cidade veio ao encontro de demandas e necessidades de profissionalização, o que proporcionou uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Através de programas como o “Programa Mulheres Mil”, o *campus* passou a oferecer uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social na região, permitindo o amplo acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. Além disso, com a oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma proposta político-pedagógica foi voltada a uma clientela originária de uma população menos favorecida socialmente, em que os alunos buscam uma melhoria de estudos e qualificação profissional através da igualdade de condições em todos os segmentos políticos e socioeconômicos (IFPB, 2018a).

É nessa perspectiva que os Institutos Federais assumem um papel de política pública, na visão de Libâneo (2015), já que agem de forma estratégica na estruturação das políticas das regiões polarizadas por eles, estabelecendo uma interação direta com o poder público e as comunidades locais, sendo capazes de tecer propostas de inclusão social com alternativas pautadas no compromisso com a sociedade.

Busca-se, pois, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, uma educação de qualidade que inclua os setores da sociedade historicamente marginalizados, possibilitando uma formação humana integral com vistas a sua ascensão. Ciavatta (2014) afirma que a luta se direciona para a busca de uma nova qualidade de educação universalizada para toda a população, objetivando contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais possibilite um padrão digno de vida e de conhecimento também para a classe trabalhadora, os verdadeiros produtores da riqueza social.

No que se refere à assistência estudantil, sabe-se que esta almeja ampliar as condições de permanência dos jovens em vulnerabilidade socioeconômica. Dessa maneira, entre os seus objetivos estão democratizar essas condições de permanência; minimizar os impactos da desigualdade social na permanência dos discentes; e promover inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Ao discorrer sobre a verticalidade do ensino existente na maioria das instituições, Pacheco (2015) aborda que esta é resumida apenas em uma oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, mas sem contar com uma política indutiva, para que o discente percorra com êxito um itinerário formativo dentro do eixo tecnológico. Para ele, essa verticalidade deve ser induzida:

Não se trata de uma corrida no estilo do revezamento quatro por cem, mas de uma maratona a ser percorrida por cada indivíduo, cabendo à instituição o papel de fomentar, motivar e suprir de nutrientes o maratonista. Para tanto, faz-se necessária a formulação de **planos de assistência estudantil** e

estruturas organizacionais dedicadas ao processo de verticalidade (Pacheco, 2015, p. 46, grifo nosso).

Para Vasconcelos (2010), essa tentativa de democratização nas instituições públicas por meio da assistência estudantil busca reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados, que demonstram apresentar dificuldades concretas em dar prosseguimento em sua vida acadêmica de forma efetiva.

À vista disso, pode-se afirmar que há um estreito laço entre os três elementos analisados, visto que o princípio de inclusão social – apontado por Libâneo (2015) como um ponto imprescindível a ser levado em consideração em um PPC – é considerado na orientação da proposta pedagógica analisada, na qual a assistência estudantil se insere com o fornecimento de meios para que o sujeito possa alcançar seu êxito formativo.

Cabe salientar ainda que a inclusão social fortalecida por meio da assistência estudantil pode abranger pontos para além da questão social/financeira. Isso porque, entre as diversas áreas de atuação estabelecidas em lei, a política visa favorecer também estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, além de se preocupar com a inclusão digital, temática essencial na atualidade (Brasil, 2010).

4.2 A diversidade cultural e as diferenças na escola

No segundo ponto abordado por Libâneo (2015), tem-se que: “A escola voltada para uma sociedade que inclua todos precisa considerar a **diversidade cultural** e as diferenças, de modo a representar num currículo comum os interesses de todos os alunos” (Libâneo, 2015, p. 190, grifo nosso). Aqui, o autor refere que a escola, como espaço democrático, deve respeitar e valorizar a diversidade cultural com combate a todas as formas de discriminação. O currículo, por sua vez, deve ser intercultural e contemplar as diferentes origens sociais.

Ao retomar o percurso histórico da Educação Profissional na Rede Federal, tem-se que inicialmente essa modalidade de educação foi destinada apenas à classe trabalhadora. Após equivalência com o ensino propedêutico com relação à possibilidade de prosseguimento dos estudos em nível superior, a rede passou a contabilizar experiências exitosas em resultados de vestibulares. Sendo assim, jovens de classes abastadas passaram a interessar-se por realizar seus estudos nas Escolas Técnicas, em virtude de que essa seria uma opção gratuita e de qualidade (Moura, 2007). Com a expansão e interiorização da Rede Federal no século XXI através do REUNI, houve um aumento considerável de discentes em vulnerabilidade social nas instituições, justificando a criação do Programa de Assistência Estudantil voltado a esse público (Antunes, 2018).

Diante disso, considera-se que na rede pode haver discentes de diferentes realidades sociais dividindo o mesmo espaço e acessando os mesmos conteúdos em sala de aula, havendo, portanto, a necessidade de se adaptar os conhecimentos repassados de modo a atender as demandas de todas as classes, respeitando sempre a diversidade cultural e social desses discentes.

No projeto pedagógico do curso analisado, pode-se identificar que a diversidade cultural e as diferenças são levadas em consideração; nele, o currículo integrado, ao conter conhecimentos gerais e específicos, torna-se comum aos interesses tanto de alunos

que desejam prosseguir seus estudos após finalizar o ensino médio quanto de alunos que desejam (ou necessitam) ser inseridos no mercado de trabalho por meio do curso técnico.

Ao considerar o perfil profissional de conclusão, nota-se o objetivo de que o indivíduo alcance sólida formação humanística e tecnológica e que, entre outras competências, possa “[...] recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a **diversidade sociocultural**” (IFPB, 2018a, p. 31, grifo nosso). Ou seja, há a intenção de que o discente egresso seja capaz de intervir na realidade, transformando-a, sempre tendo como base o respeito à diversidade sociocultural, conforme defendido por Libâneo (2015).

Nos planos de disciplinas também se pode constatar a abordagem da diversidade cultural: em componentes curriculares como Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Inglês e Espanhol, há a proposta de discussão da temática.

Em relação à Política de Assistência Estudantil implementada na instituição, tem-se que, por meio dela, há uma busca pela eliminação de formas de preconceito e discriminação e se almeja incentivar o respeito à diversidade e a discussão das diferenças existentes na sociedade (IFPB, 2018b). Um de seus objetivos aponta ainda que se pretende “reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais” (IFPB, 2018b, p. 2), o que reafirma o seu papel para o alcance da democratização da educação.

Logo, o que está disposto no princípio de Libâneo quanto à diversidade cultural também é validado no PPC do Curso Técnico em Mineração Integrado ao Ensino Médio; a partir disso, podem-se estabelecer conexões com a Política de Assistência Estudantil, visto que o contexto dual em que a Educação Profissional e Tecnológica se estabelece na sociedade visa proporcionar uma educação democrática, a qual qualquer indivíduo possa acessar. A assistência estudantil faz seu papel ao oferecer condições mínimas para que os discentes em vulnerabilidade socioeconômica consigam, de fato, concluir seus estudos e, assim, transformar a realidade em que se encontram.

4.3 Os processos democráticos e solidários na escola

O terceiro princípio versa sobre processos democráticos de decisão e vai de encontro, mesmo que indiretamente, ao contexto em que a assistência estudantil está envolvida. Esse princípio se traduz da seguinte forma: “As escolas precisam, também, cultivar os processos democráticos e solidários de trabalho, convivência e tomada de decisões” (Libâneo, 2015, p. 193).

Esse princípio baseia-se na democracia, pois defende que a escola se constitui num espaço de prática e vivência que busca o desenvolvimento da autonomia de pensamento, iniciativa, liderança e participação nas decisões. Preza, portanto, pela democracia exercida por participação dos discentes, de modo que todos possuam condições iguais de exercício da cidadania (Libâneo, 2015, p. 193).

Estudos realizados sobre a Política de Assistência Estudantil nas instituições levantam a necessidade de maior participação dos discentes nas tomadas de decisões relativas à política, dado que, na maioria das vezes, os alunos não são consultados sobre quais programas são mais necessários, bem como sobre os valores dos auxílios estabelecidos em editais e até mesmo sobre a eficácia da política (Ferreira; Souza, 2019).

Para Ferreira e Souza (2019), os *campi* devem trabalhar para estabelecer diálogos com os alunos de forma a proporcionar espaços contínuos de escuta. As autoras constataram

que, por vezes, há consultas aos alunos, porém, as opiniões obtidas não são valorizadas pelos gestores. As autoras sugerem ainda que a instituição deve proporcionar maior participação estudantil e que os alunos devem ser informados das limitações orçamentárias enfrentadas pelas instituições federais de ensino.

A falta de transparência sobre os recursos repassados pode comprometer a eficácia da política, podendo interferir, conseqüentemente, no desempenho acadêmico do discente e na permanência estudantil. Por isso, a participação da comunidade envolvida na política é imprescindível para que sejam realizados os ajustes necessários nas ações de assistência realizadas.

É na perspectiva de gestão democrática que se encontra o decreto que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma vez que esse tipo de gestão se baseia na participação política e na tomada de decisão e integra a agenda dos movimentos sociais engajados na luta em defesa de um projeto de educação pública, democrática, emancipatória, laica, inclusiva e socialmente referenciada. O PNAES torna-se, então, uma ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais presentes no ambiente escolar, almejando promover o encontro da educação com a realidade social dos estudantes (Almeida, 2017, p. 47).

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em questão, tem-se que a sua ideologia almeja dar suporte ao enfrentamento dos desafios do curso de forma sistematizada, didática e participativa (IFPB, 2018a). Busca-se um processo de ensino-aprendizagem participativo e, apesar de não haver menções sobre a participação estudantil no contexto de gestão e tomadas de decisões, remete-se ao termo participação em referência ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a participação produtiva em sala de aula.

Ao se ater a aspectos referentes à gestão da instituição, o PPC a configura como democrática e, entre outros fatores, a associa à transparência, visando disponibilizar mecanismos de acompanhamento e publicização de ações da gestão, de modo a aproximar a administração da comunidade (IFPB, 2018a).

Logo, tem-se que a participação democrática proposta por Libâneo (2015) é também considerada, no plano do curso de Mineração, de forma relacionada ao contexto da sala de aula. O documento reitera ainda que a instituição, de modo geral, é firmada sobre uma base democrática, buscando a transparência e a escuta da comunidade estudantil.

Face ao exposto, pode-se afirmar que há convergências e conexões explícitas e implícitas entre a assistência estudantil e o PPC do Curso Técnico Integrado em Mineração do IFPB – Campus Campina Grande nos pontos de organização curricular propostos por Libâneo, a saber: igualdade e inclusão social, diversidade cultural e participação coletiva. Nota-se, desse modo, uma forte relação com os dois primeiros pontos analisados e uma associação indireta com o terceiro, já que a participação coletiva é tratada sob aspectos diferentes (sala de aula e gestão da política), mas com o mesmo propósito que é proporcionar uma escuta coletiva nas demandas específicas.

Cabe salientar, contudo, que tais relações podem demonstrar-se de forma indireta, devido, entre outros fatores, aos limites existentes entre os contextos de ensino e de gestão no PPC analisado. Todavia, é válido destacar que, conforme aponta Libâneo (2015), a conjuntura envolvida na educação está imersa no cenário político e social, áreas que convergem no sentido de proporcionar, de forma democrática, uma educação gratuita e de qualidade que possa transformar realidades.

É válido ressaltar ainda a existência de entraves que impedem a plena efetivação da assistência estudantil no alcance de seus objetivos. Neste viés, autores como Cabral Júnior, Gonçalves e Costa (2017), ao realizar uma crítica ao financiamento e à gestão da

Política de Assistência Estudantil, enfatizam a insuficiência dos auxílios para acobertar todas as necessidades dos estudantes de baixa renda, fato que se torna mais preocupante na atualidade, devido à Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2016), que congelou por 20 anos gastos que superam a inflação, impedindo investimentos efetivos na área da educação e no serviço público em geral.

Apesar desses entraves, a assistência estudantil pode se inserir na realidade do currículo integrado de modo a contribuir para o alcance de seus objetivos ao tempo em que oferta, mesmo que de modo limitado, condições mínimas necessárias ao prosseguimento dos estudos por discentes oriundos de classes sociais menos favorecidas.

Tais dificuldades que afligem estudantes pobres refletem as consequências das desigualdades sociais que permeiam o sistema capitalista, fato este que transcende muros escolares, demandando uma complexidade maior de intervenções.

5 Conclusão

A assistência estudantil surge em uma tentativa de resposta aos anseios da classe trabalhadora, favorecendo-a ao preocupar-se com a permanência de seus estudantes na escola e, conseqüentemente, com seu êxito formativo. Compõe, pois, um conjunto de ações que objetivam garantir a democratização de uma educação de qualidade aos sujeitos vulneráveis e historicamente marginalizados da sociedade.

Tal política vem a contribuir para o alcance dos objetivos da educação profissional e tecnológica ofertada pelos institutos federais, podendo auxiliar na concretização e êxito da proposta de currículo integrado. Nesse sentido, contribui para que o currículo e a formulação de conhecimentos se tornem inclusivos e acessíveis, ao possibilitar que o conhecimento seja produzido e sistematizado por aqueles que estariam à margem da sociedade, não fossem as ações dessa política.

Todavia, há estudos que ressaltam a existência de entraves que dificultam a materialização da política, como, por exemplo, limitações orçamentárias e de gestão, ponto que pode também ser investigado, no âmbito do IFPB, em estudos futuros. É válido salientar ainda que as consequências da desigualdade social no âmbito estudantil são fatores que transcendem os muros escolares e que, para sua completa superação, requerem uma complexidade de ações que vão além da alçada de uma política como a Assistência Estudantil.

Analisaram-se, neste estudo, aspectos sociopolíticos que regem a Política de Assistência Estudantil e o PPC de um curso integrado, no âmbito do IFPB, com base em conceitos defendidos por Libâneo (2015). Tais aspectos demonstraram-se claramente harmônicos, na medida em que se preocupam com conceitos de inclusão social, democratização da educação e participação coletiva, do ponto de vista teórico e documental. Há, a partir deste estudo, a oferta de insumos que podem subsidiar e presidir pesquisas de campo que visem analisar a aplicação desses conceitos e aspectos na prática.

Essa relação mostra-se, após análise, relevante, visto que, como bem destacado por Libâneo (2015), a escola possui um importante papel social, devendo preocupar-se com questões e demandas coletivas. Há, desse modo, a necessidade de considerar e respeitar, no projeto político e curricular, aspectos como a diversidade sociocultural para que a democratização da educação seja respeitada e, por consequência, desigualdades sociais sejam amenizadas.

Destarte, pode-se pressupor que a inclusão social, a diversidade cultural e a participação coletiva são conceitos indissociáveis na formulação de uma proposta de currículo integrado que tem como alvo a educação igualitária e emancipatória dos sujeitos. A assistência estudantil agrega-se como facilitadora dessa proposta, sendo indispensável enquanto houver desigualdades no âmbito estudantil.

Financiamento

Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Referências

ALMEIDA, E. E. **Gestão educacional e assistência estudantil**: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9370>. Acesso em: 13 maio 2022.

ANTUNES, E. D. **Assistência estudantil nos Institutos Federais**: da política à implementação. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.992040>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 2 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

CABRAL JÚNIOR, L. R. G.; GONÇALVES, J. C. F.; COSTA, J. R. C. Moradia e educação: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – UFPI. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 4, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistareed.emnuvens.com.br/reed/article/view/176>. Acesso em: 15 maio 2022.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 13 maio 2022.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, M. C. A.; SOUZA, M. F. M. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação (UFMS)**, Santa Maria, v. 44, n. 12, p. 1-23, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644434876>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 13 maio 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. M. O.; PASSOS, G. O. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 415-442, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p415-442>.

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Curso técnico de nível médio integrado em Mineração**: Plano de Curso. Campina Grande: IFPB, 2018a. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/85/documentos/PPC_INTEGRADO_EM_MINERAÇÃO_2018_-_CCM.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Relato integrado**: 2021. João Pessoa: IFPB, 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao/ifpb-relatorio-de-gestao-2021.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução Ad Referendum nº 25, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre a aprovação da reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2018b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-25/view>. Acesso em: 13 maio 2022.

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução nº 144-CS, de 11 de agosto de 2017**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. João Pessoa: IFPB, 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/view>. Acesso em: 13 jun. 2020.

JESUS, J. A. **Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES nos Institutos Federais de Educação**: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/21511>. Acesso em: 27 maio 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Hecus, 2015.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: Editora IFRN, 2015. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018>. Acesso em: 13 maio 2022.

PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>.

PRADA, T.; SURDINE, M. C. C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, v. 20, n. 43, p. 268-289, 2018. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i43.18860.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 13 maio 2022.